

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR PARA AS QUESTÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Gustavo César Barros Amaral
Universidade de Pernambuco- UPE
barros.amaral@uol.com.br

Orientador: Prof. Dr. Hugo Monteiro Ferreira
Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE
Universidade de Pernambuco- UPE
hmonteiroferreira@hotmail.com

Resumo: Sancionada a Lei Federal n.º 13.005/2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PE, sentimo-nos desafiados a investigar como as questões emergentes ligadas aos direitos humanos são contempladas nas suas 20 Metas, cujo cumprimento deve ocorrer ao longo de 10 (dez) anos, e de que modo influenciarão/ auxiliarão na prática pedagógica, com vistas ao atendimento pleno dos direitos e deveres previstos na Legislação do Brasil e à legítima (e necessária) atuação da escola no cumprimento do seu papel social. Propomo-nos a esmiuçar, através de pesquisa documental e empírica, o espaço e o tempo que as temáticas relacionadas e essa questão se desdobram na formação docente e nas práticas pedagógicas numa perspectiva transdisciplinar, uma vez que nos dispomos a compreender como se dá a abordagem das temáticas emergentes tratadas pelos direitos humanos, de modo que possam, de fato, ser materializadas nos processos de formação docente e nas práticas pedagógicas, observar se há diálogo entre os pressupostos previstos no Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH e o PNE e, por conseguinte, como os Planos Estadual e Municipais de Educação absorvem essa problemática.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação, Direitos Humanos, Prática Pedagógica, Transdisciplinaridade.

Introdução

A educação brasileira dispõe, hoje, de um PNE composto por 20 metas e 254 estratégias a elas vinculadas, cuja finalidade é prover, no prazo de 10 anos, a contar da sua sanção, significativos avanços em todas as esferas educacionais do país, desde a ampliação à universalização do acesso de crianças e jovens à educação básica, até as políticas de formação e valorização dos profissionais que atuam na área educacional, implicando, nesse escopo, questões estruturais e de infraestrutura, além de financiamento.

Não obstante, surge-nos uma série de inquietações a partir das discussões em torno do PNE, cuja vigência se estende de 2014 a 2024, no que se refere às abordagens de que questões ligadas à formação dos professores e demais profissionais que atuam no âmbito da escola estejam atreladas à garantia de uma atuação que supra as lacunas existentes no meio pedagógico alusivas às questões emergentes ligadas aos direitos humanos, tais como as considerações de gênero, étnico-raciais, religiosas, entre outras, no sentido de combater a violação desses direitos, a fomentar um discurso transdisciplinar capaz de sensibilizar a formação de uma racionalidade tolerante, igualitária, humana, solidária na contemporaneidade tão plural na qual as escolas estão inseridas.

Pensamos, nesse sentido, que essas temáticas não estão claramente definidas no PNE, e isso nos preocupa sobremaneira, pois temos a crença de que aquilo que não se apresenta de

modo explícito nas Leis, nos textos normativos, disciplinadores de políticas e orientadores de práticas, corre sério risco de passar despercebido, de não ser contemplado ou, na melhor das hipóteses, ser contemplado superficialmente, uma vez que pensamos ser o processo de materialização dessas questões na formação e na prática docentes, advindo da interpretação e aplicabilidade da Lei n.º 13.005/2014 de certo fragilizado ou inexistente.

Metodologia

Consistirá, inicialmente, numa detalhada leitura do Plano Nacional de Educação, buscando investigar, dentre as suas 20 metas e 254 estratégias, se há, nelas, a abordagem de forma direta da discussão de questões emergentes ligadas aos direitos humanos e de que modo é apresentada a garantia dos seus desdobramentos da prática pedagógica, comparando-a ao Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH, bem como revisão bibliográfica que trate de educação e pedagogia, de prática pedagógica, de direitos humanos, de transdisciplinaridade e das próprias Leis, documentos estudados, através da técnica de fichamento, haja vista a necessidade de organização dos estudos e seus subsequentes produtos. Após esse momento, teremos como objetos/ sujeitos de nossa pesquisa 03 (três) escolas da Rede Pública, localizadas na cidade do Recife-PE, sendo uma pertencente à Rede Municipal, uma à Estadual e uma à Federal, ao passo que nos voltaremos à observação da prática pedagógica, por conseguinte, em 03 (três) turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental, com vistas à confirmação ou refutação das hipóteses levantadas no projeto da pesquisa, culminando com a redação da Dissertação do Curso de Mestrado Profissional em Educação da UPE e com a elaboração de um Projeto de Intervenção a ser apresentado à Rede Estadual de Educação e à Diretoria Executiva da UNDIME/PE.

Conclusões

Pretendemos compreender, através de investigação documental e empírica, a maneira com a qual as temáticas relacionadas aos direitos humanos estão presentes Plano Nacional de Educação e como se dão os seus desdobramentos na formação docente e nas práticas pedagógicas numa perspectiva transdisciplinar, à luz do combate à violação desses direitos e da ascensão da compreensão e do olhar do profissional da educação a essa questão.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2010a. BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERREIRA, H. M. **A literatura na sala de aula: uma alternativa de ensino transdisciplinar**. 2007. 377f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2007.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MORIN, Edgar. (org.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MONDAINI, M. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: TRION, 1999.
- RAMOS, Aura H. **O lugar da diferença no currículo de Educação em Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.
- SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.